

ACTA N.º 002/2008

**PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES
NOVAS REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO**



Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr. Presidente da Mesa, Luís Alberto Trindade da Silva, Nuno José Ferreira Lopes, primeiro secretário, Maria Eduarda Martinho S. Santos, segundo secretário, e os membros, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Carlos Manuel Simões Barata, Diamantino Fazenda Bernardo, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, José Duarte da Silva Vaz Teixeira, João José Rodrigues Maia Serôdio, João Maria Gomes da Silva, João dos Santos Abreu, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Manuel João Mota Cardoso, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Marta José Guerra Pereira da Silva, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte e Rogério Manuel Antunes Rosa.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Abel Resina de Sousa, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, João Paulo Vieira Santos e Susana Domingos Gaspar.-----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Evelina Maria

Gonçalves Mendes, João Paulo Vieira Santos e Susana Domingos Gaspar, por José António Magalhães, Rute Alexandra Correia e António Antunes Canais, respectivamente.

Encontravam-se também presentes o Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vice Presidente.-

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

Foi presente a relação da correspondência recebida, ficando cópia da mesma anexa a esta acta. (Anexo 1).-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Leal – Iniciou a sua intervenção saudando a mesa e restantes membros da Assembleia, colocando de seguida as seguintes questões:

1 - Recebi há dias um ofício desta Assembleia, acompanhado do ofício do CHMT, em que dava conta de não ter havido qualquer alteração à orgânica nas urgências do hospital de Torres Novas. Se isto é verdade manter-se-á então sem qualquer alteração aquele serviço, ao contrário do que foi anunciado pelos média e seria bom que fosse confirmado o escrito no ofício que recebi.

2 – Mais para informação, gostaria de dizer que este fim de semana, Torres Novas arrecadou uma série de medalhas no campeonato nacional de juniores na especialidade de judo, vários campeões nacionais e alguns medalhados vieram para o concelho de Torres Novas, para os Clubes de Judo de Torres Novas, ACM de Torres Novas e Só-Povo de Riachos.

Tem a sua importância, na medida em que o escalão de juniores dá entrada imediata na selecção nacional e poderão representar o país e Torres Novas em campeonatos do Mundo e da Europa. Por outro lado também anunciar com alguma satisfação que um atleta que representa um clube de Torres Novas, a ACM – Associação Cristã de Mocidade – Torres Novas, está já apurado para os jogos olímpicos de Pequim, irá representar Torres Novas e Portugal, e portanto é uma situação em que nos podemos congratular por termos um representante de Torres Novas nos jogos olímpicos pela segunda vez, na história do concelho e no judo em Torres Novas.-----

João Gomes da Silva – Disse o seguinte: “Já se iniciaram as obras de pavimentação nas ruas em Pedrógão, e os problemas têm sido constantes, somos abordados diariamente com reclamações, nomeadamente o facto do alcatrão ficar mais alto que as soleiras das portas e a água entrar directamente nas habitações. Pedem-nos explicações e esclarecimentos que Junta não pode dar, porque até ao momento, nada nos foi dado a conhecer, quer sobre os trabalhos, quer sobre o acordo com o empreiteiro. Quando nos questionam cingimo-nos a encaminhar as pessoas para a Câmara Municipal o que considero inaceitável, uma vez que os trabalhos decorrem na área da freguesia a que presido. Pediria ainda que me informasse porque é que a junta enviou cerca de vinte e dois ofícios em 2007 e 2008, sobre diversas necessidades da competência da Câmara Municipal e não obteve resposta a nenhum deles. Agradeço também a visita que o Sr. Presidente fez no passado sábado dezasseis de Fevereiro às ruas de Pedrógão, na companhia do Presidente da Assembleia de Freguesia e dum membro do executivo. Mas tenho pena, que eu como Presidente de Junta não fosse informado, para ser seu guia e pagar-lhe um café, se possível. Se a visita, foi a nível pessoal as minhas desculpas, no entanto quando quiser visitar-nos, estarei à disposição para o acompanhar. Concluindo, queria agradecer a prontidão com que a Câmara resolveu as situações apresentadas por mim nesta Assembleia no dia 20.12.07, ou seja, o furo do Casal João Dias continua na mesma, sem vedação, a barrica de cloro à mão de toda a gente e as passadeiras junto ao Lar de Idosos e escolas primárias de Pedrógão, continuam por pintar. Será que a Câmara está à espera que aconteça algum acidente para tomar as devidas providências?”-----

Adriano Aguiar – Referiu que estando quase no final de mais um mandato, gostaria de referir mais uma vez, algumas situações, nomeadamente a estrada do Trancão e Casal Gaspar em Barreira Alva, que até agora não sofreram qualquer intervenção e teme que se vá acabar mais um mandato sem serem alcatroadas, residem lá pessoas há mais de quarenta anos. Também o leito do rio está demasiado sujo, necessitando de limpeza pelo menos na zona da Ribeira até à Azenha.

Referiu o mau aspecto dos contentores de lixo, alguns rotos, necessitando de substituição, situações que poderiam ser resolvidas.

Ainda em relação à EDP, repara que na sua freguesia se encontram demasiadas lâmpadas apagadas, fazem-se ofícios a pedir, mas não há resposta, seria bom que fossem denunciadas estas situações.-----

Paulo Renato Gregório – Disse o seguinte: Parece que é quase certo que no próximo ano lectivo a gestão do parque escolar e do pessoal não docente até ao terceiro ciclo, vai passar para a alçada das Câmaras Municipais. Aqui há dias, ouvi na comunicação social que algumas autarquias iriam ter um projecto piloto que levava esta situação mais longe, ou seja, esta gestão iria abranger também os professores do primeiro ciclo e a questão que queria colocar era a seguinte: se esta autarquia foi confrontada com esta proposta do governo e se sim, se está interessada em a abarcar e ser uma das autarquias onde irá funcionar este projecto piloto.-----

Joaquim Godinho - Referiu a obra da rotunda da Barreira Alva, há vários meses em reparação, vai havendo algumas desculpas, mas há ali uma situação que gostava que fosse vista, é que os sinais de trânsito e de sinalização foram arrancados e colocados nas bermas, junto às fazendas, quase sem se verem. Há ali bastante movimento, para a A1 e Santarém e as indicações não existem. Solicitou, se a obra não for para terminar em breve, que fossem repostas as placas, porque a sua falta pode causar grandes prejuízos.

Fez ainda uma referência positiva, ao acabamento das obras na Rua Cândido dos Reis, na cidade, que já há alguns anos, se encontrava em obras.-----

António Canais – Referiu que existe no Jardim da Silvã um espaço designado para desportos radicais que não tem sanitários, há uma certa utilização, os utentes do espaço recorrem aos cafés, cujos proprietários se queixam, porque utilizam os sanitários mas não fazem gastos.

Chamou a atenção para o facto de no Jardim Maria Lamas, a lâmpada que ilumina para a rua e o projector da Estátua se encontrarem fundidas há meses, se calhar era bom ter atenção nisso, para evitar alguma vandalização.

Referiu por último, que a sinalética no concelho não deve ter regras, porque se vê com frequência anúncios a aparecer e questiona se a sua colocação não obedece a nenhum critério. Também com os outdoors se verifica a mesma situação, como por exemplo, à saída da 8 de Julho na cidade, junto da Feira Nova e shopping, se não há regras.-----

José Trincão Marques – Iniciou a sua intervenção, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da situação de algumas obras, nomeadamente da nova Biblioteca, envolvente do Castelo e do Convento do Carmo. Nos dois primeiros casos, a sua evolução e previsão de conclusão. No último, se há alguma previsão para o início das obras de recuperação do Convento do Carmo.

Disse ainda o seguinte: Retomo aqui um assunto que referi na sessão temática desta Assembleia Municipal em que esteve presente o Prof. Augusto Mateus, relacionado com a preparação duma candidatura a Património Mundial da Unesco, que envolve o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios, que se situam no Concelho de Torres Novas. E chamo a atenção da Câmara Municipal, desta Assembleia e da comunicação social presente, da entrega dessa mesma candidatura conjuntamente com Espanha, no passado dia 31 de Janeiro. Penso que a apresentação desta candidatura tem grandes hipóteses de ser aceite pela UNESCO. Segundo informações que recolhi, esta candidatura é ibérica e as pegadas dos dinossáurios localizadas no concelho de Torres Novas foram incluídas na actual candidatura já em complemento da candidatura inicial apresentada por Espanha. Existem, pois, grandes probabilidades desta candidatura ter êxito. Devemos estar atentos e apoiá-la dentro das nossas possibilidades, sendo certo que nesta fase os apoios ao nível do município serem limitados. Chamo ainda a atenção para o facto de em Portugal existirem apenas treze monumentos classificados como património mundial da UNESCO e a nível mundial existirem escassas centenas. Sendo classificado pela UNESCO, a importância deste Monumento Natural será comparável à Torre de Belém, ao Mosteiro dos Jerónimos, ou ao Mosteiro de Alcobaça.-----

António Gomes - Questionou para quando as respostas do Sr. Presidente da Câmara, às questões por si colocadas, a primeira prende-se com o Pontão da Ribeira da Boa Água. Acerca de um ano o BE apresentou uma recomendação aqui nesta Assembleia para que fossem tomadas medidas pela Câmara relativamente à segurança de pessoas e bens que circulam naquela ponte todos os dias e com muita insegurança e por isso se exigia uma tomada de posição e medidas urgentes quanto a esta situação, gostaria de saber o que foi feito.

Também foi dito pelo Sr. Presidente que se iniciariam no princípio do ano, em Janeiro, as obras do parque de estacionamento subterrâneo do Almonda, gostaria de saber o que se passa, tendo em conta que o BE também enviou um requerimento já lá vai um ano e não obteve resposta.

Questionou por último, se a Câmara está a trabalhar ou não, na alteração ao regulamento dos TUT, tendo em conta que a Assembleia aprovou aqui por unanimidade uma proposta no sentido de alteração do Regulamento dos TUT, relativamente à inclusão de normas de apoio aos deficientes. Ainda saber e obter resposta muito concreta sobre a situação das obras na Meia Via, começam, recomeçam e param sem se saber concretamente o que se passa, quais são as informações que a população pode ter em relação a isto.-----

Leu e fez presente a seguinte **SAUDAÇÃO**:

As conclusões da última reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, que teve lugar em 31 de Janeiro último, revelam um alargado conjunto de preocupações em relação à revisão da Lei Eleitoral Autárquica, um processo ainda em curso.

O Conselho Geral da ANMP considera que a Lei Eleitoral actualmente em vigor se tem “revelado, no essencial, perfeitamente adequada ao funcionamento dos órgãos das autarquias locais”, permitindo “salvaguardar o princípio da proporcionalidade, sem criação de maiorias artificiais, garantindo a representação de forças políticas não vencedoras no executivo municipal, sem colocar em causa a governabilidade dos municípios”.

O Conselho Geral da ANMP salienta ainda que “as alterações preconizadas no Projecto de Lei n.º431/X não são as que melhor se conformam com o princípio democrático, com a criação de melhores e efectivas condições de governabilidade, eficiência e responsabilização dos governos locais. A este propósito sublinha que “são introduzidas distorções ao princípio da proporcionalidade”, “cria instabilidade” e, finalmente, menoriza “os presidentes de junta de freguesia enquanto membros das assembleias municipais”.

O sentido das preocupações do Conselho Geral da ANMP não pode deixar de ser genericamente partilhado por todos os que preconizam um sistema democrático assente nos princípios da proporcionalidade, da transparência democrática e da participação princípios que devem nortear qualquer aperfeiçoamento do sistema eleitoral e de representação.

Assim, a Assembleia Municipal de Torres Novas, saúda as conclusões da última Reunião do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e associa-se à “sua “discordância em relação ao Projecto de Lei n.º 431/X”.-----

José Vaz Teixeira – Fez a seguinte intervenção: “ainda sobre o problema do hospital que iniciava com uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: porque não foi assinado o protocolo aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal no sentido de haver uma urgência médico-cirúrgica no CHMT e que segundo informação do Sr. Presidente estava agendada a sua assinatura e que até nos chegou às mãos, por alguém da Câmara Municipal de Abrantes. Exigimos uma explicação e a garantia que tudo continua na mesma não nos satisfaz e até nos assusta. Lembro que a comissão técnica da rede de urgências referia que ia ser criado um serviço de urgência básica em Torres Novas, ignorando que na altura a que havia era uma urgência médico-cirúrgica. Lembro as declarações do demitido Ministro da Saúde já em agonia política, no sentido que estava a funcionar em Tomar e Torres Novas um serviço de urgência básica. Lembro o encerramento do bloco operatório do hospital de Torres Novas a partir das 24 horas e que a vossa memória não seja curta, era o bloco com maior número de cirurgias programadas e de urgência do CHMT. Lembro a postura arrogante em profusas e recentes declarações à imprensa, do Administrador da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que diz especificamente não considerando o

CHMT como uma unidade que o é de facto e recusar uma urgência médico cirúrgica referenciada a esse mesmo centro. A existência dum Centro Hospitalar no Médio Tejo, tem permitido que em muitos casos haja uma melhoria dos cuidados a prestar. Cito outra vez Sua Excelência: não há nada de novo desde há um ano? Em que foi perfeitamente esclarecida a situação de haver duas urgências básicas e uma urgência médica-cirúrgica, mais recentemente declarou que o CHMT é uma realidade teórica. Se é a este “tudo na mesma” que o Sr. Presidente da Câmara de Torres Novas se refere e não vejo outro “tudo na mesma” acho que estamos muito mal e muito preocupados. Pediu o grupo da CDU, uma Assembleia Municipal extraordinária para tratar deste problema. Entendeu o Sr. Presidente que à data do pedido não tinha competência para convocar essa Assembleia, mas teve competência para convocar uma Assembleia para a sua eleição e tomada de posse. Se nos têm imposto quase uma lei da rolha de limitar o tempo em que podemos falar, não esperávamos mais, agora que se imponha quase uma lei da rolha em relação aos temas a tratar, isto configura o tempo da oposição democrática em que nas sessões da oposição era permitido falar de tudo menos de algumas coisinhas. Sr. Presidente da Câmara, repito-lhe a pergunta: porque não foi assinado o Protocolo aprovado com o Ministério da Saúde, que segundo V. Ex.^a estava agendado. Este é o cerne da questão. Seria por causa da pressão que fez o Presidente da Câmara de Abrantes? Não me venham falar em decisões políticas. Demonstrámos ser a proposta da Câmara e da Assembleia Municipal a mais correcta política e tecnicamente, a melhor para a saúde dos habitantes do Médio Tejo. Se esta proposta não foi aprovada, foi apenas por uma questão de clientela política, não vemos outro motivo e lamentamos que o PS de Torres Novas ao que parece seja um fraco cliente político do PS nacional. Que vai a Câmara fazer das propostas aprovadas e cito: são a estas propostas que a Câmara e a Assembleia estão vinculadas: “1- rejeitar liminarmente a proposta da Comissão Técnica; 2 – Que o CHMT seja considerado como urgência médico-cirúrgica na Rede de Serviços de Urgências; 3 – Não aceitar nunca que as UMC fiquem instaladas num só hospital dos três que compõem o CHMT; 4 – Propor que a redefinição das urgências do CHMT respeite o princípio da especialização de cada hospital e das respectivas valências, no âmbito do CHMT” é a esta decisão que a Câmara e Assembleia estão vinculadas. Manter que o Ministro demitido lhe garantiu que continuava tudo mesma,

é irrelevante. O Senhor Ministro é um cadáver político. Tudo na mesma vai continuar segundo a nova Ministra e Sr. Administrador. Mas nós não queremos tudo na mesma, nós queremos que se guiem pela proposta aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal”.----

Ramiro Silva – Referiu que em Novembro de 2007, tinha questionado para quando a realização da reunião do Conselho Municipal de Segurança, não obteve resposta como é hábito, mas esta reunião impõe-se pela insegurança na escola básica de Riachos, pela insegurança na Meia Via aqui relatada na última Assembleia, pela aprovação da lei 65/2007 de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil, estabelece a organização dos serviços municipais da protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal. Determina também esta lei que no prazo de 180 dias os municípios devem adaptar os seus serviços à nova legislação. Já passaram mais de noventa dias.

Acrescentou ainda o seguinte: “Queria aqui reiterar o que disse na última Assembleia, nós entregamos requerimentos a solicitar elementos que até agora não nos chegaram: Cópia do contrato com o Augusto Mateus e Associados, cópia do contrato com a empresa Quartenaire. Mais uma outra questão: em frente à Casa Amarela, após o arranjo das obras, existe um poste de iluminação na via pública, se é assim mesmo, ou se será motivo para aparecermos no Nós por Cá da SIC. Na informação financeira que nos foi facultada, reparei que existia uma dívida à Federação de Ginástica de Portugal, de quase 100 mil euros, qual a origem desta dívida.

A última questão tem a ver com o CHERE, retirei do site da Câmara um documento, que me suscita dois ou três comentários: o 1.º é que na primeira página dita de introdução, se refere sempre a recuperação do centro histórico, num centro histórico dinâmico exclusivo do centro histórico de Torres Novas, apesar de mais à frente haver uma referência a unidades UC1 e UC2. Parecia-nos a nós por uma questão de verdade e rigor, de que nesta primeira página fosse acrescentado os Centros Históricos de Torres Novas e Lapas, porque tem sido sempre assim que estes assuntos têm sido tratados.

Não parece bem que estas matérias sejam postas no site da Câmara, sem a Assembleia Municipal se ter pronunciado sobre elas, que é o caso das isenções referidas no ponto 11.

Uma última nota: Dizer que no final o documento foi aprovado por unanimidade e falando com o Vereador Carlos Tomé e vendo a declaração de voto, ele referiu que havia abertura da Câmara para algumas propostas que colocou e que não estão referidas no documento. Penso que devia ser corrigido e o documento deveria reproduzir a realidade. Por último, que nós CDU, apresentamos na Assembleia de Novembro, uma recomendação à Câmara a propósito de que no orçamento de estado para 2008, existe um conjunto de incentivos para zonas que tivessem a sua delimitação aprovada pela Assembleia Municipal. O Orçamento de Estado para 2008, prevê um conjunto de benefícios fiscais para a reabilitação e requalificação urbana, benefícios esses que só poderão ser utilizados desde que, os municípios tenham definidas zonas de reabilitação urbana, aprovadas pela Assembleia Municipal.

Leu de seguida a referida recomendação: Assim, a CDU recomenda que a Câmara Municipal apresente com urgência uma proposta à Assembleia Municipal para definir as zonas de reabilitação, que, em nossa opinião podem ter como ponto de partida as áreas previstas no documento apresentado pela Câmara para a recuperação dos centros Históricos das Lapas e Torres Novas, bem como a consideração de alguns aglomerados das restantes freguesias” Queria ver se havia alguma resposta a esta recomendação que nós apresentámos.-----

António Calado Nobre – Disse o seguinte: Queria manifestar a nossa satisfação em ter visto acolhimento por parte do executivo na implementação de uma recomendação apresentada há algum tempo por esta bancada, nesta Assembleia e que se prendia com a situação dos WCs caninos. No entanto, não podia deixar de fazer aqui um reparo, porque eu vi num mail da comunicação social, que esses recipientes tinham um autocolante com a informação das coimas, corri a cidade, parei ao pé de quatro e não vi autocolante nenhum. Não sei se foi lapso, se foi a noticia mal dada, mas tinha algum sentido que a informação fosse exposta e ao mesmo tempo recomendar uma campanha de sensibilização para a população. Em relação a uma outra recomendação aqui presente também nesta Assembleia e que teve resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara na última sessão e que se prendia com a tarifa familiar da água, fomos informados que tal foi equacionado, mas consideraram

2.ª reunião de 03-03-08

que não era exequível. Não posso deixar de dizer aqui, que câmaras como Coimbra, Lisboa, Sintra e outras que tem uma densidade populacional muito maior, de uma forma ou de outra conseguiram dar a volta ao texto, não sei bem em que moldes. Ainda na sequência do dito pelo membro Ramiro Silva, acerca de competências e não vou discutir se é da competência da Assembleia ou não, mas sei que na próxima quarta-feira vai ser apresentado em Torres Novas, o projecto educativo municipal e acho que teria feito algum sentido, ter passado primeiro por esta Assembleia”.-----

Manuel Filipe – Referiu os seguintes assuntos: “o primeiro diz respeito á actividade desportiva de tiro com arco. Tendo tido conhecimento que a Federação tem o seu representante máximo em Torres Novas e que haverá intenções de fazer deslocar a sua sede de Lisboa para Torres Novas, seria de todo o interesse apoiá-la, até porque nós temos em Torres Novas campeões nessa modalidade, temos uma dimensão, a nível de desporto escolar, também bastante representativa dessa modalidade e temos clubes que certamente ficariam enriquecidos com essa e outras instalações que se poderiam fazer no nosso concelho, precisamente para dinamizar e para promover esse desporto, valorizando e promovendo também Torres Novas dentro desse espírito.

De referir ainda que determinada entidade comercial resolveu fazer propaganda pregando literalmente nas árvores da cidade, nalgumas rotundas, cartazes de publicidade. Isso demonstra alguma falta de civismo, ainda por cima utilizando pregos.

Relativamente aos centros educativos, falou-se muito neles e agora parece que não se fala tanto e as questões colocam-se na comunidade educativa. Gostaria de saber o ponto da situação dos mesmos”.-----

José Trincão Marques – Referiu que, na sequencia da intervenção acerca do CHERE, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara, que a referida proposta e antes do regulamento ser sujeito à aprovação, fosse apresentada a esta Assembleia.-----

Sr. Presidente da Câmara – Interveio para responder às questões colocadas, nomeadamente: fez uma referencia positiva às noticias dadas pelo membro António Leal, sobre os jovens atletas medalhados e a sua participação nos jogos olímpicos, acrescentando mais alguns casos concretos e de valor, que por mérito próprio, alcançam bastante notoriedade, como o caso de uma jovem que tem uma experiência muito grande na área do alpinismo e que nunca falamos nela, um jovem de Carvalhal da Aroeira que está na Antártida a fazer o doutoramento e o Nuno Vicente que muito em breve vai fazer a travessia do Canal da Mancha. Sobre a visita feita a Pedrógão, disse que nada é feito ou decidido sem auscultar os presidentes de Junta, aconteceu a visita, mas porque lhe apeteceu. As passeadeiras só serão pintadas depois da obra feita. Brevemente deslocar-se-á a Pedrógão para discutir a questão do terreno do futuro centro educativo.

Referente às questões colocadas sobre a Ribeira, informou que tinha tido em Coimbra um reunião do QREN e tomado conhecimento que vai ser feito um projecto por uma empresa, para recuperar a margem e recuperar o leito naquela zona, acrescentando que apesar de tudo, a cidade está muito menos sujeita a cheias do que há cinco anos atrás, porque se fez toda a transformação dos colectores de toda a zona histórica da cidade e fez-se a limpeza do Rio Almonda. Concorde com as queixas das lâmpadas apagadas, que acontece agora com bastante frequência e que são da responsabilidade da EDP. Disse ainda que este ano irá ser colocado slurry na estrada de Torres Novas à Ribeira e valetas e na estrada que vem do cruzamento da Zibreira à Ribeira, também com valetas. Também da Chancelaria à Rexaldia. Fez uma referência à dificuldade de pavimentar a estrada do Casal Trancão, que tem meia dúzia de habitações. Confirmou a existência de legislação nova em que as câmaras vão receber todo o pessoal à excepção do pessoal docente, mas sobre o projecto piloto, com o seu voto não aceita tal situação, sente que pode não ser o melhor caminho.

Referiu que a obra da Rotunda da Barreira Alva, irá recomeçar, mas há problemas complicados com o projecto e estão a ser resolvidos. Sobre as obras na Meia Via ultrapassam a Câmara, tem a ver com o empreiteiro. Concorde com a sugestão do membro António Canais sobre os sanitários e regista, bem como a sinalética que se está a fazer um estudo, embora a maior parte desses reclames estejam licenciadas. Sobre os outdoors que

invadiram a cidade, foi definido com o urbanismo os locais de colocação e quando a mesma está incorrecta são notificados para retirar.

Respondeu que as obras do centro histórico, se resumem a quatro intervenções: recuperação das Torres do Castelo, restauro da Alcaidaria, envolvência do Castelo e intervenção dentro das Torres e envolvência da Biblioteca. Referiu ainda que também está em execução a ponte junto à Avenida e a 2.ª fase do Jardim das Rosas. Manifestou desejo que para as inauguração referidas, que estivesse presente o Presidente da Republica.

Fazendo referência a algumas questões apresentadas pelo membro António Gomes: ter feito algumas comparações do estudo financeiro apresentado por esta autarquia e o de Lisboa aquando da aprovação do empréstimo, considera que afinal foi bom não copiarem pelo de Lisboa, porque afinal o resultado tinha sido o chumbo. Sobre o parque subterrâneo a Câmara terá de o aprovar, só depois é que começa. Também concorda em absoluto que é inadmissível que os presidentes de Junta estejam a ser assim tratados. Fez ainda algumas referências à obra programada dos novos Paços do Concelho, não se sabendo em termos de financiamento, como vai ser, se na totalidade, ou por etapas e ainda não foi adjudicada. Acerca dos pedidos referidos pelo membro António Gomes, irá responder. Sobre a falada insegurança nas escolas e fazendo fé nas informações da PSD, Torres Novas quase que é considerado o concelho mais seguro. Ainda sobre o funcionamento do Conselho de Segurança, referiu que por vezes é difícil encontrar matéria. Também informou que o CHERE, é um documento político que foi aprovado pela Câmara, irá ser divulgado, concorda com a sugestão avançada pelo membro José Trincão Marques, faz todo o sentido a Assembleia manifestar-se sobre o mesmo, apresentando propostas que poderão, ou não, ser tidas em conta, posteriormente, na elaboração do devido regulamento.

Prestou informações sobre a dívida à Federação de Ginástica de Portugal, que se deve ao facto de, através de um protocolo celebrado entre as partes, a referida Federação ter equipado o pavilhão municipal como ginásio. Também sobre os centros escolares irão avançar, houve atrasos, os projectos foram anulados e o modelo que irão adoptar será fazer as obras por concepção e execução e o primeiro será de Assentis. Informou ainda que sobre os TUT, não só irão avançar com a proposta aprovada dos deficientes, mas também alargar

a zona de circulação que está a ser estudado também a nível dos municípios do Médio Tejo.

Por último, fez referência às questões colocadas sobre o hospital, dizendo que tem de acreditar nos homens, pedindo que se dê por encerrado este assunto, reafirmando que as urgências de Torres Novas não vão ser alteradas. Sobre o protocolo que não chegou a assinar, se amanhã o governo quiser mudar, cá estará, mas não peçam nada escrito. Confia que não haverá nenhuma alteração e por isso não vale a pena falar dum problema que não existe, tem informações fidedignas disso. Concorda com o fecho da urgência cirúrgica depois da meia-noite, devido ao quase nulo número de intervenções.-----

António Gomes – Sobre a observação feita à situação do empréstimo de Lisboa, referiu que foi demonstrada pelo Sr. Presidente, bastante satisfação, relativamente ao desfecho conhecido lamentando tal entendimento. A seu ver, o Sr. Presidente ainda não percebeu o que está em causa, é que a decisão tomada deveria ser jurídica e não política e era isso que devia perceber o Sr. Presidente.-----

Ramiro Silva – Respondeu o seguinte: sobre o CHERE há uma coisa que é inequívoca, estão lá isenções que são da competência da Assembleia Municipal. Colocar no site da Câmara um documento público pode levar ao engano das pessoas, admitindo que a Assembleia não as aprovava, penso que é uma questão de rigor e de bom senso e de respeito pelo funcionamento dos órgãos. Em relação às outras questões não faço nenhum comentário. Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, deixe-me dizer eu percebo que o Sr. Presidente não tenha apetência para o assunto, mas se o Sr. leu a carta que escrevi em Novembro, tudo o que lá está faz parte dos objectivos do conselho, há conselhos que conheço e funcionam e muito bem. E destes que pedi para serem incluídos, estão todos dentro da lei.

Quanto à questão do hospital, só duas notas breves: 1.ª Dizer que o Sr. Presidente pode estar completamente de acordo que fechem os blocos operatórios, que não haja médicos de família, agora não arranje esse argumento, porque o que seria bom, era que os hospitais tivessem abertos e não tivessem clientes, isso é que era óptimo, mas eu quando

preciso tenho de ser atendido, e por isso ele tem de estar aberto. Esse argumento de querer fechar, não colhe respeito, tem de arranjar outro. Em relação à questão das urgências, o Sr. Presidente exalta-se muito, mas os factos são inequívocos, neste momento não existe nenhum documento escrito ou melhor, todos os documentos escritos, ministério, comissão técnica o que dizem é que vai haver em Tomar e em Torres Novas, um serviço de urgência básica, tanto que assim é, que o Sr. Presidente elaborou em conjunto com a ARS, um protocolo onde isto estava, é porque é verdade. Quer se queira quer não, a Câmara e a Assembleia Municipal aprovaram uma deliberação clara e a pergunta que nós fizemos ao Sr. Presidente da A.M, isto a propósito do documento que nos foi enviado pela mesa da Assembleia, não responde á pergunta que nós fizemos, que era: Confirmar se a proposta aprovada pelos órgãos autárquicos foi considerada e caso não o tenha sido, convocar uma sessão com carácter de urgência. A proposta aprovada pelos dois órgãos autárquicos foi considerada? É a isso que se tem de responder.-----

António Leal – Disse querer deixar uma recomendação no sentido de se ter cuidado com o tempo que está a demorar esta Assembleia, porque a ordem tem onze pontos.

De seguida realçou o investimento feito pela autarquia, na área desportiva, concretamente na ginástica e defende que os investimentos nesta área nunca são demais, deixando o repto ao executivo, pois estão três áreas olímpicas de tapetes de judo em Torres Novas, e se o executivo tivesse igual disponibilidade, poderiam as mesmas pertencer ao município de Torres Novas e apetrechar o palácio dos desportos. A Associação de Judo do Distrito de Santarém está sensibilizada nesse sentido”.-----

Adriano Aguiar – Ainda em referência à resposta dada às suas questões, voltou a falar da necessidade da pavimentação da estrada do Trancão, a existência de poucas habitações, tem a ver com a dificuldade que há de construção naquela zona. Ainda sobre o centro educativo, o Sr. Presidente sabe qual é a posição da Junta da Ribeira e da população quanto à sua localização em Pedrógão, por isso a recente noticia de ver terrenos em

Pedrogão, traz-lhe desapontamento, uma vez que também a Zibreira e a Ribeira estão interessadas e esta decisão poderia ser estudada doutra forma.-----

Sr. Presidente da Câmara – Justificou o motivo da escolha do terreno em Pedrogão por ser de uma colectividade e dentro da povoação, poupando dinheiro à Câmara e ao Estado, dando o exemplo de Olaia onde irão também aproveitar o terreno da colectividade. Sobre um eventual uso do ginásio pelo clube de Judo, hipótese colocada pelo membro António Leal, regista, é questão de conversar. Fez ainda uma curta referência ao empréstimo de Lisboa, em que a lei é difícil de interpretar, tem lacunas e por isso cada caso é um caso. Em relação ao parque subterrâneo frisou que o que não foi aprovado foi o projecto de execução.

Por último, informou que o CHERE é uma proposta política e não tem ainda qualquer aplicação prática, estando já a ser elaborado um Regulamento para eventual aprovação onde constam todas as regras constantes desta proposta. Ainda sobre as questões do hospital voltou a dizer que lutará até ao fim das suas capacidades para que nada mude e informou que sobre a situação da Ribeira da Boa Água não há nada de novo, a não ser a execução do projecto ainda este ano.-----

Neste momento o **Sr. Presidente da Câmara** ausentou-se da sala.-----

O **Sr. Presidente da Mesa** – Colocou à consideração dos membros a aceitação da SAUDAÇÃO apresentada pelo membro António Gomes e já atrás transcrita.-----

José Trincão Marques – Disse concordar com alguns dos pressupostos e conclusões da deliberação da Associação Nacional de Municípios. No entanto, como actualmente já é do conhecimento público que o projecto de Lei a que se faz referência não será concretizado, por rompimento e desvinculação do acordo por parte no PSD na Assembleia da República, irá abster-se.-----

Henrique Reis – Referiu ser membro do Conselho Nacional, conhece a proposta da não concordância ao projecto de Lei do PS e PSD, porque a subscreveu. Assim, manifesta com satisfação a proposta de Saudação apresentada, apesar do seu teor lhe parecer curto em relação ao que foi aprovado, na reunião do Conselho Nacional da Anafre, mas mesmo assim irá votar a favor.-----

António Gomes – explicou que o essencial está ali e não foram feitas alterações de fundo.-----

António Leal – Corrigiu que o PSD não rompeu nada, manifestou-se foi no sentido de ser ponderada a revisão desta nova Lei e por isso será um pouco extemporânea esta proposta do BE e o PSD irá abster-se.-----

Foi de seguida submetida a votação esta proposta de SAUDAÇÃO apresentada pelo BE, tendo a mesma sido aprovada com oito votos a favor e vinte e nove abstenções.-----

O Sr. Presidente da Mesa – Sugeriu a inclusão da proposta sobre a criação do gabinete de apoio técnico às freguesias, na ordem de trabalhos, já entregue cópia a todos os membros, ou então adiar para a próxima reunião. -----

António Gomes – Esclareceu que a proposta de inclusão na ordem do dia de um ponto sobre o Gabinete Técnico de Apoio às Freguesias, tinha sido entregue ao anterior Presidente da Assembleia, já em Dezembro, para a reunião desse mês e que por acordo não o foi, ficando desde logo acordado incluí-la na próxima sessão, o que não aconteceu e daí a sua estranheza pelo facto de não constar da ordem. Também agora estranha que se proponha a sua inclusão na ordem da próxima reunião, quando fez o pedido, dentro do tempo previsto de acordo com o Regulamento e a lei, na alínea a) do n.º 1 do art.º 87 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual. Espera não ter de acusar a

mesa da Assembleia de parcial, o Presidente é-o de toda a Assembleia e não de uma parte só.-----

O Sr. Presidente da Mesa - Justificou não ter tido conhecimento da existência da proposta, quem faz a ordem é a mesa e na próxima reunião será incluída na ordem do dia.--

Deu-se de seguida início à ORDEM DE TRABALHOS que é a seguinte:

- 1- Apreciação e votação das actas das sessões anteriores.**
- 2 - Apreciação e votação das seguintes propostas da Câmara: 1.ª Revisão ao Orçamento e 1.ª Revisão ao PPI.**
- 3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara para delegação de competências nas Juntas de Freguesia/Protocolos.**
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara para delegação de competências na Junta de Freguesia de Riachos.**
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para nomeação de um auditor externo/revisor oficial de contas para a CMTN.**
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para desafecção do uso público, de uma parcela de terreno sita no Largo Pedro Gonçalves, em Ribeira Ruiva.**
- 7 – Apreciação e votação da proposta da Câmara, para eventual saída do Município de Torres Novas, da AMEGA.**
- 8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para celebração de protocolo com a Junta de Freguesia de Assentis, para cedência das instalações da EB1 de Outeiro Pequeno.**
- 9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para alteração ao clausulado do contrato programa celebrado com o TMTN, E.M.**
- 10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para aplicação de taxas/ Comissão Arbitral Municipal.**
- 11 – Informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade municipal.**

PONTO UM

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES.

Foram presentes para apreciação e votação, as actas números nove de dois mil e sete e número um de dois mil e oito, tendo recaído sobre as mesmas a seguinte votação: Acta numero nove da sessão realizada a vinte de Dezembro de dois mil e sete e depois de aceites algumas correcções à mesma: trinta e um votos a favor e seis abstenções de membros que não se encontravam presentes.

Acta número um da sessão realizada a vinte e um de Janeiro de dois mil e oito, com trinta e cinco votos a favor e duas abstenções de membros que não se encontravam presentes.-----

PONTO DOIS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1.ª REVISÃO AO PPI.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta de reunião de Câmara, celebrada a dezanove de Fevereiro do ano em curso. (Anexo 2).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Adriano Aguiar – Solicitou alguns esclarecimentos quanto à candidatura para a obra relacionada com o espaço desportivo, que originou as revisões em análise e se este empreendimento irá servir também as freguesias, ou só a cidade.-----

António Gomes – Também solicitou explicações, de quais os projectos que se encontram insuficientemente dotados.-----

António Canais – Disse ir o seu grupo abster-se na votação destas revisões, como é habitual, mas questiona o facto de na ordem, só constar as revisões ao orçamento e PPI e nos documentos entregues constar também uma proposta de revisão ao PAM.-----

Sr. Vice Presidente – Prestou alguns esclarecimentos das verbas dotadas e qual o seu destino, bem como o mini-estádio é fruto duma candidatura com a Associação de Futebol de Santarém, também irão contemplar alguns arranjos em casas degradadas e equipamentos de museologia.-----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa**, colocou à consideração dos membros acrescentar à proposta a 1.ª Revisão ao PAM, tendo a mesma sido aceite.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, com vinte e sete votos a favor e dez abstenções, aprovar as seguintes propostas da Câmara: 1.ª Revisão ao Orçamento, 1.ª Revisão ao PPI e 1.ª Revisão ao PAM.-----

PONTO TRÊS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA/PROTOCOLOS.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a vinte e dois de Janeiro do ano em curso. (Anexo 3).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Ramiro Silva – Disse o seguinte: “em primeiro lugar quero saudar a Câmara, porque correspondendo a uma proposta da CDU, desta vez estamos a aprovar os protocolos na primeira sessão e não a meio do ano quando as Juntas já fizeram algumas das suas despesas. Esperamos que se consiga o ideal, que seria quando se aprova o orçamento no fim do ano, se aprove também os protocolos. Depois uma segunda questão para dizer que de 2007 para 2008, há um aumento da verba de treze mil euros, ou seja 3%, mas convém referir que de 2006 para 2007, não houve aumento, foi igual. E portanto este aumento é de facto muito pouco mas já é um avanço em relação ao ano anterior. Terminava dizendo que o Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção, quando se discutiu este assunto o ano passado, disse: “Interveio fazendo um resumo da proposta apresentada, havendo a

esperança e a vontade política de em 2007 tentar remexer nas verbas e tentar fazer uma melhor política de equidade” (verificamos que não houve esta vontade política porque as mexidas são mínimas) Por outro lado acrescentou que, devido às evoluções não sabe se faz sentido haver ajustes neste tipo de protocolos com as juntas mas essa situação terá de ser bem analisada (e terminava): Se essa alteração não acontecer para o ano deveria criar-se um grupo de trabalho que propusesse uma maior justeza na distribuição destas verbas”. Correspondendo àquilo que disse o Sr. Presidente, eu perguntava se está previsto a criação do grupo de trabalho ou não”.-----

José Gil Serôdio – Disse o seguinte: “Todos sabem qual tem sido a minha posição ao longo destes últimos cinco anos. Não vale a pena fazer o historial das questões colocadas em anteriores sessões. Na última levantei essa questão e hoje vou levantá-la novamente para dizer o seguinte: não sei se hoje vamos votar dois, ou só um protocolo. Se vamos votar os dois protocolos separadamente, entrarei na votação, se vamos fazer uma votação por junto do documento abandonarei a sala. E eu abandonarei a sala pelo seguinte: estão em causa dois protocolos e eu tenho duas posições completamente diferentes relativamente a cada um e mais, os protocolos para serem aqui postos à aprovação, as cláusulas deviam estar junto deste documento, o que ponho à consideração da mesa”.-----

António Leal – Disse o seguinte: “posso ser politicamente inconveniente com a minha intervenção.

Fico sempre na dúvida se este tipo de descentralização é uma declaração de incapacidade por parte de quem delega, se é de facto uma responsabilização delegando competências. Prefiro aceitar que é a última a que se enquadra mais no panorama da gestão democrática deste país, o que revela a necessidade das juntas de freguesia e deixo esta pequena alusão àquilo que eu penso sobre isto. E o que eu queria perguntar à Câmara e trazendo aqui à colação aquilo que é a preocupação de algumas juntas de freguesia, é que se existindo os protocolos os compromissos financeiros são cumpridos em tempo.

Há quem diga que as juntas se queixam dos atrasos nos pagamentos, tudo o que é devido às Juntas está com certeza pago?

Terá de existir a preocupação de que, ao celebrarem-se os protocolos, o dinheiro estar disponível? Deixo aqui estas preocupações, que naturalmente vão a favor da gestão de todas as juntas de freguesia” .-----

Sr. Vice Presidente – Respondeu de seguida às questões colocadas, dizendo que esta delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia não é obrigatória, mas como é óbvio, é feita de comum acordo. Quanto ao atraso nos pagamentos, verifica-se haver um atraso de cerca de cinco meses, mas vai-se pagando. As verbas têm a ver com os estudos iniciais que tinham em conta as áreas e numero de salas de aula, já desactualizados, devido a algumas alterações que se têm verificado com o fecho de escolas, mas todas as Juntas precisam e se calhar se por vezes não o aplicam nas escolas ou arranjo de valetas, aplicam-no nas colectividades, por exemplo, poderá não ser uma proposta justa mas é uma forma de atribuir dinheiro às Juntas.-----

José Conde – Referiu que mais uma vez manifesta o seu descontentamento, não porque os outros recebam muito, mas porque ele é que recebe pouco. Ninguém tem a noção da dimensão da sua freguesia. Assentis tem dezasseis lugares e cinco jardins de infância, situação que se deveria ter em conta e como isso mais uma vez não aconteceu, irá votar contra a proposta.-----

António Canais – Chamou a atenção para o facto de no preâmbulo da proposta constar que a mesma é feita de acordo com o artigo 66.º da Lei 169/99 de 18/09, mas como o artigo tem várias alíneas, se foi lapso ou se é com alguma intenção, por isso questiona se irão corrigir.-----

Fernando Zuzarte Reis – Questionou se a Câmara ao elaborar os protocolos se tiveram em conta, o previsto na nova lei das finanças locais, ou seja a distribuição da parte do IMI rústico também às freguesias, tendo o Sr. Vice-Presidente respondido não haver qualquer ligação.-----

Henrique Reis – Interveio para referir que há muitos anos que isto começou, se calhar se fizerem um bom acompanhamento, de facto o dinheiro que as Juntas recebem, não chega para o que gastam com as escolas, todos se lamentam, mas é difícil chegar ao consenso. Deveria, como já se tem falado algumas vezes, tentar arranjar uma comissão, que através dum trabalho minucioso e sério, encontrasse uma forma justa de distribuição das verbas.-----

José Gil Serôdio - Disse ter gostado de ouvir o membro anterior Henrique Reis, mas a conversa não o amolece de maneira nenhuma e acrescentou o seguinte: o mundo não é estático, mas há uma coisa que tem sido estática ao longo destes cinco anos, é a contribuição da Câmara para a freguesia da Meia Via, essa tem sido sempre a mesma, mas a Meia Via não é estática. Enquanto algumas freguesias também não são estáticas, perdem população, a Meia Via pelo contrário, ganha população e não é estática também no aspecto das escolas, enquanto algumas freguesias perdem alunos e fecham escolas, a Meia Via recebe alunos e abre escolas. Portanto a justiça é aquilo que eu reclamo, eu não reclamo mais dinheiro, eu reclamo justiça na distribuição das verbas e não me venham dizer que isto é para as Juntas funcionarem porque não é, a Junta de Meia Via funciona, mas gasta muito mais com as escolas do que o que recebe da Câmara, portanto esse argumento cai pela base. Relativamente àquilo que coloquei à mesa é muito claro: este processo não está bem apresentado à Assembleia, independentemente daquilo que possam dizer a lei não está a ser cumprida. O que é que eu pretendo? Pretendo que a Assembleia se pronuncie sobre dois protocolos, em separado, para que eu possa votar cada um deles de maneira diferente. Se for submetida a votação esta proposta da Câmara como está apresentada, saio da sala, não voto”.-----

Luís Gaspar Lopes – Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro, disse estar de acordo em parte com a intervenção do membro José Gil, no que respeita à verba das escolas, pois entende haver injustiças nas verbas distribuídas, que nem sempre estão proporcionais ao número de salas de aula e muito menos de alunos. Há três anos que se verifica esta situação, embora tenha havido promessas de constituir uma comissão para

esse efeito. Acrescentou ainda o seguinte: “Reconheço no entanto o esforço da Câmara em transferir as verbas dos Protocolos para as Juntas de Freguesia, embora com algum atraso. A minha freguesia tem cerca de 430 alunos e 22 salas de aula e recebe pouco mais de outras com meia dúzia de alunos, por esse facto vou optar pela abstenção, nas verbas das escolas”.-----

Tendo de seguida o membro **Paulo Renato Gregório**, colocadas dúvidas quanto à existência das cláusulas constantes dos Protocolos e se estão em separado, o **Sr. Vice Presidente** – respondeu que os referidos Protocolos se encontravam em cima da mesa, lendo de seguida as clausulas dos mesmos.-----

Referente à sugestão avançada pelo membro José Gil de votar os protocolos em separado, **António Canais** – referiu que a seu ver, não existe qualquer impedimento nessa votação.-----

José Trincão Marques – Questionou se a votação não teria de seguir as regras da que foi feita pela Câmara, tendo o Sr. Vice Presidente respondido, não haver qualquer impedimento em votar em separado.-----

Assim, procedeu-se de seguida à votação da proposta da Câmara para delegação de competências nas Juntas de Freguesia do Concelho, para a realização de obras de conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré-escolar e respectivos Protocolos, sendo a sua votação a seguinte: trinta e um votos a favor, um voto contra e cinco abstenções.-----

José Gil Serôdio – Interveio do seguinte modo: “quero agradecer a todos os eleitos que votaram contra esta proposta, porque demonstraram um sentido de responsabilidade, respeito e solidariedade pelas crianças da Meia Via que precisam muito do dinheiro para que possam ter instalações escolares em condições. De qualquer maneira, em segundo lugar, quero dizer na presença de todos, que estou mandatado pela Junta de Meia Via, para

não celebrar protocolo algum, com a Câmara no que diz respeito à manutenção das escolas, portanto a partir de hoje, a Câmara será responsável por tudo aquilo que terá de ser feito nessa área na Meia Via, para além daquilo que a lei impõe, que seja responsabilidade da Junta de Meia Via”.-----

De seguida, procedeu-se à votação da proposta da Câmara para delegação de competências nas Juntas de Freguesia do Concelho, para realização de obras de conservação e limpeza de bermas e caminhos e respectivos Protocolos, sendo a sua votação a seguinte: trinta e cinco votos a favor e duas abstenções.-----

António Leal – Fez uma curta referência às propostas acabadas de votar, considerando que estas delegações não desresponsabilizam a Câmara dessas obrigações ou até a de as ter que garantir ou reforçar. Referiu que no momento se tinham ultrapassado as vinte e quatro horas, reconhece que a democracia se constrói discutindo, mas refere que a boa gestão de tempos é necessária para corrigir exageros. Referiu que nesta Assembleia o Sr. Presidente da Câmara orou cerca de uma hora e quinze minutos.

Face ao adiantado da hora, e nos termos do regimento, propunha que fosse esta reunião adiada para outro dia.-----

Joaquim Godinho – Declarou ter votado a favor como faz desde sempre, defendendo que embora com dificuldade vai gerindo a situação e quando concluir não ser capaz de exercer as suas funções, não se candidatará.-----

Henrique Reis – Interveio para referir mais uma vez, que há anos que se discutem estas questões, aliás o Sr. Vice-Presidente, fará o favor de ajudar, neste protocolo e nas responsabilidades nele constantes, a Junta faz o que está ali e à Câmara compete fazer grandes obras e não se fique com a ideia que isto retira da Câmara a sua responsabilidade.--

José Trincão Marques – Realçou, na sequência do dito pelo membro António Leal sobre os horários e que regista com agrado, que tem de haver algum respeito pelos mesmos, estando de acordo com a disciplina democrática e para a qual tem de haver regras.

Chegada a meia-noite, o **Sr. Presidente da Mesa** submeteu à apreciação dos membros da Assembleia, a continuação desta sessão para a próxima segunda-feira, dia 03 de Março, que foi aceite.-----

ACTA N.º 002/2008

**SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS
INICIADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO E REALIZADA A TRES DE MARÇO DE DOIS
MIL E OITO**



Aos três dias do mês de Março de dois mil e oito, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente este órgão, para continuação da sessão iniciada a vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito, estando presentes, para além do Sr. Presidente da Mesa, Luís Alberto Trindade da Silva, Nuno José Ferreira Lopes, primeiro secretário, Maria Eduarda Martinho S. Santos, segundo secretário, e os membros, Abel Resina de Sousa, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Carlos Manuel Simões Barata, Diamantino Fazenda Bernardo, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, João José Rodrigues Maia Serôdio, João Maria Gomes da Silva, João dos Santos Abreu, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Manuel João Mota Cardoso, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Marta José Guerra Pereira da Silva, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte e Rogério Manuel Antunes Rosa.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Henrique Ferreira dos Reis, João Paulo Vieira Santos, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, José Cavalheiro Conde, José Duarte da Silva Vaz Teixeira e Susana Domingos Gaspar.-----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Evelina Maria Gonçalves Mendes, João Paulo Vieira Santos, e Susana Domingos Gaspar, por José António Magalhães, Rute Alexandra Correia e António Antunes Canais, respectivamente. Nos termos do n.º 1, alínea c), do art.º 38.º da referida Lei, Joaquim Alberto Godinho Rosa, por Carlos Alberto Jorge.-----

PONTO QUATRO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA PARA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE RIACHOS.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a trinta e um de Janeiro do ano em curso. (Anexo 4).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Gomes – Questiona, como esta delegação de competências tem a ver com a transferência de um funcionário para a Junta de Riachos, quais irão ser as suas funções concretamente, uma vez que o referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 66, da referida Lei, é bastante lata.-----

Manuel João Cardoso – Interveio fazendo um pequeno historial do que originou a delegação de competências em análise e que se prende com a saída dum funcionário da Câmara, que dava apoio na secretaria da junta. Informou ainda que a Junta de Riachos é a quinta a receber as verbas no concelho, nunca reclamou sobre isso, porque os responsáveis percebem que a Junta pela sua dimensão seria beneficiada com um ou dois funcionários, esperando com esta delegação essa compensação. Quanto às suas funções serão as mesmas que estavam atribuídas ao anterior funcionário, apoio na secretaria, registo e actualização do cemitério e apoio nas refeições.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e por unanimidade, a delegação de competências na Junta de Freguesia de Riachos.-----

PONTO CINCO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA NOMEACÃO DE UM AUDITOR EXTERNO/REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA A CMTN.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os presentes, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a dezanove de Fevereiro do ano em curso. (Anexo 5).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Antonio Gomes – Disse parecer-lhe que o júri não esclarece suficientemente a opção tomada. Tendo em conta que a opção tomada é a segunda proposta em termos de valores, a primeira não foi acolhida o BE irá abster-se, está pouco esclarecido.

Sr. Vice Presidente – Explicou de seguida que a opção tomada pelo júri se deve ao facto do concorrente, que apresentou a proposta mais baixa, o ter feito numa forma muito invulgar e sem garantias tão consistentes, como a proposta que vinha a seguir, como está expresso no relatório.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, com trinta e dois votos a favor e três abstenções, nomear a firma Pinto e Palma, SROC, como auditor externo às contas do Município de Torres Novas, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.-----

PONTO SEIS

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA
DESAFECTAÇÃO DO USO PÚBLICO, DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA
NO LARGO PEDRO GONÇALVES, EM RIBEIRA RUIVA.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a dezoito de Dezembro de dois mil e sete. (Anexo 6).-----

Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e por unanimidade, a desafecção do uso público, de uma parcela de terreno sita no Largo Pedro Gonçalves, em Ribeira Ruiva.-----

PONTO SETE

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA EVENTUAL
SAÍDA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS, DA AMEGA.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a dezoito de Dezembro de dois mil e sete. (Anexo 7).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Canais – Fez uma referencia ao facto de na leitura da informação ressaltar a palavra “estranho”, então mas foi a Câmara que se inscreveu, questionando porque aderiram e se os resultados obtidos são significativos. Ainda questiona porque querem mudar para as Águas do Ribatejo.-----

Sr. Vice Presidente – Esclareceu que a saída em questão nada tem a ver com a eventual adesão às Águas do Ribatejo. A adesão do município à AMEGA, nasce numa altura em que não havia nada, só o facto de ser abastecido pela água da Epal, não trazendo com isso, até agora, qualquer mais valia. Referiu que de facto é intenção da Câmara a adesão às Águas do Ribatejo, mas nada está concretizado.-----

António Leal – Relativamente ao parecer apresentado, para a saída da Associação, considera estranho que a palavra “estranho” faça parte dessa informação, mas também é estranho que se traga à Assembleia uma proposta sem mais elementos de análise e sem qualquer fundamentação técnica. No que aos representantes do PSD diz respeito, não podemos apreciar a proposta apresentada por ser inócua de fundamentação. Nem sequer são referidas as vantagens económicas e se a saída tem penalizações. Percebe-se que é uma opção exclusivamente política. O executivo e o PS podem de agora esgrimir argumentos para defender esta proposta, mas há ainda um, e que é a eventual adesão às águas do Ribatejo, que não se encontra ainda definido por esta Assembleia e que já serve de suporte para a decisão apresentada. É muito pouco!-----

José Gil Serôdio – Referiu ter presente a informação que a Câmara prestou para justificar a saída da AMEGA e de facto a mesma revela a intenção da Câmara de sair duma associação para aderir a outra. Acrescenta que há uma situação que é verdadeira e que é o facto dos associados da AMEGA, geograficamente estarem longe uns dos outros, há uma coisa que os une e que é terem o mesmo fornecedor de água. Questiona que, passando o município de Torres Novas para as Águas do Ribatejo, se a EPAL deixará de fornecer água ao concelho, tendo o Sr. Vice-Presidente respondido negativamente.-----

Ramiro Silva – Disse o seguinte: “a leitura deste documento suscita-lhe duas ou três interrogações: para já porque os argumentos que aqui são utilizados para sair da Associação do meu ponto de vista não têm lógica, utilizam-se dois argumentos, primeiro o município de Torres Novas, não vivendo exclusivamente do fornecimento da água da EPAL, mas também, penso que faz todo o sentido, o município estar associado a uma

2.ª reunião de 03-03-08

associação cujos outros municípios também são abastecidos pela EPAL, uma vez que exista algum problema por resolver, terá sempre mais peso uma negociação via uma associação, se só por um município. Depois diz: “estando a ser preparada a entrada na Associação Águas do Ribatejo”, não sabemos se vai ser assim, a haver alguma alteração ou desistência desta associação, o lógico era após a conclusão de todo este processo. Agora não sabemos ainda se vai concretizar-se a adesão a esta associação ou não. Portanto não vamos votar a favor desta proposta, vamo-nos abster, a não ser que nos dêem outra razão, porque pelas apresentadas, não têm lógica.-----

Antonio Gomes – Disse o seguinte: “o que me parece é que a Associação pode até nem funcionar, não sei se tem actividade, agora o que lhe parece é que esta ou outra Associação será aquilo que os associados quiserem que seja. Até que ponto a Câmara de Torres Novas teve algum benefício ou se interessou por esta Associação, tendo em conta que era um conjunto de municípios que tinham em comum o fornecimento de água da EPAL e provavelmente poderiam ter algum interesse em negociar com a EPAL algo que interessasse aos vários municípios. Até me parecia que teria algum sentido, e é nesse sentido que pergunto: a razão é uma razão económica, a Associação não funciona, será isso”.-----

Fernando Zuzarte Reis – Disse que no seu entendimento estão a levantar-se alguns problemas muitos deles falsos, acrescentando o seguinte: “a dada altura o município decidiu fazer parte da AMEGA, ela própria tinha um objecto social como está descrito nos estatutos, e hoje a realidade da água é outra, a realidade da envolvência do município também tendo este deixado claro, como consta da informação, o porquê da saída. O município está numa associação o tempo que entende que deve estar e não tem que ser ad eterno. O município entendeu que não é altura para estar mais tempo nessa Associação e pelas razões apontadas, parece-me bem. Foram também apontados o artigo 35.º quanto à saída e exclusão dos associados. Eu não concordo com a leitura feita pelo PSD porque no caso de saída, é o município que tem direito a ser indemnizado, e não este a pagar qualquer indemnização”.-----

José Trincão Marques – Referiu que nesta saída, poderá haver direito a uma indemnização a receber pelo Município de Torres Novas.

Quanto à justificação da saída do Município de Torres Novas da AMEGA, os argumentos são dois: o geográfico (tendo em conta a localização dos restantes associados) e o de preparação para uma eventual adesão às Águas do Ribatejo.

Chamou ainda a atenção para o artigo 7.º, alínea d) dos Estatutos da AMEGA, que estabelecem os deveres dos associados. Na sua opinião, significa que antes de se aderir a outra Associação com objecto idêntico, terá de haver desvinculação desta, sob pena de se correr o risco de violação dos Estatutos da AMEGA. Assim, este artigo impõe a saída prévia do Município de Torres Novas da AMEGA, para posterior entrada noutra associação de objecto idêntico.-----

Paulo Renato Gregório – Referiu o seguinte: “não há dúvida que esta informação poderia vir mais detalhada nomeadamente no que diz respeito aos montantes já pagos pela Câmara para esta associação e eventual indemnização. Mas para além disso o que ressalta disto, é que no fundo esta Associação tem um objecto previsto no artigo 4.º e esse objecto logicamente e essa função, a Câmara deixou de entender que tem razão de ser e daí a desvinculação. E depois a questão da articulação com os deveres dos associados na alínea d) e como a Câmara está a preparar a sua entrada nas Águas do Ribatejo, eu penso que se a Câmara entende que o objecto explícito no artigo 4.º, já não cumpre as necessidades do município, tem de se desvincular e é nesse sentido que eu entendo esta saída da AMEGA.--

António Leal – Justificou o sentido de voto contra do PSD, por falta de elementos que permitam a análise das vantagens ou desvantagens, na alteração do quadro actual sobre fornecimento de água e outros, ao concelho de Torres Novas.-----

Sr. Vice Presidente – Esclareceu de seguida que a AMEGA não tem nada a ver com as concessões de água, havendo até Câmaras como por exemplo a Amadora que também já saiu, o país arrumou-se de maneira diferente nesta situação das águas, e claro

que não pode haver corte de água, até porque há municípios que são servidos e não são sócios.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, com vinte e quatro votos a favor, cinco votos contra e seis abstenções, a saída do Município de Torres Novas, da Amega – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água.-----

António Leal – Justificou o sentido de voto contra do PSD, por falta de elementos que permitam a análise das vantagens ou desvantagens, na alteração do quadro actual sobre fornecimento de água e outros, ao concelho de Torres Novas.-----

PONTO OITO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ASSENTIS, PARA CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA EB1 DE OUTEIRO PEQUENO.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a quatro de Dezembro de dois mil e sete. (Anexo 8).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Leal – Disse o seguinte: “o PSD nunca votou contra na cedência de instalações às Juntas de Freguesia ou outras colectividades de interesse público do concelho, entendemos que quem está mais perto dos cidadãos melhor exerce a cidadania e a democracia e portanto este conceito é um conceito absoluto e defendido pelo PSD. Neste caso concreto também o vai fazer, mas sem contudo deixar de declarar que, apesar de não estar ninguém a representar a freguesia de Assentis, era aos representantes desta que queria perguntar se esta decisão de se utilizar a escola para casa mortuária já tinha sido uma decisão no âmbito da Junta ou da Assembleia de freguesia de Assentis. Fico sem resposta, pois não está ninguém para me responder, mas a questão que coloco, mais uma vez, e de

que esta Assembleia deve tomar a decisão de ceder mas não condicionar essa mesma decisão no sentido de que essa cedência tenha de ser para este fim em absoluto.

Neste caso em concreto, porque não se conhece nem a decisão da Junta, nem da Assembleia, e a decisão aqui tomada condiciona o que a Junta possa vir a fazer relativamente ao uso destas instalações, a nossa proposta era que fosse a Junta de Freguesia e respectiva Assembleia, a decidir sobre o destino das instalações, que até poderia ir no mesmo sentido, ou não, mas o protocolo a assinar seria no sentido de ceder as instalações, deixando à junta de freguesia a decisão sobre o destino a dar-lhe. Por isso propunha que a proposta fosse expurgada relativamente ao uso dessas instalações. Se assim não for, o PSD abstém-se pelas razões apontadas.-----

Sr. Vice Presidente – Referiu que a intenção da Câmara ao celebrar este Protocolo, foi antes de mais, aceder ao pedido da Junta de Assentis, que com certeza transmite os interesses da população.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, com trinta votos a favor e cinco abstenções, concordar com a celebração de Protocolo com a Junta de Freguesia de Assentis, para cedência das instalações da EB1 de Outeiro Pequeno.-----

PONTO NOVE

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA ALTERAÇÃO AO CLAUSULADO DO CONTRATO PROGRAMA CELEBRADO COM O TMTN, E.M.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a vinte e dois de Janeiro do ano em curso. (Anexo 9).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Gomes – Solicitou esclarecimento sobre o facto da afectação específica que vai ser feita para que os três funcionários passem a ter este vínculo contratual, a lei diz que a afectação faz-se por períodos de seis meses, prorrogável até ao limite de um ano. Se a Câmara pensa vir a receber estes trabalhadores após um ano, se não, o que vai fazer a

seguir passado esse tempo, tendo em conta que não é permitido prorrogar o prazo, era isso que gostava de saber.-----

O **Sr. Vice Presidente** - Respondeu que até lá espera-se que o TMTN vá ganhando força em termos financeiros, a intenção é a empresa ficar com a responsabilidade dos respectivos funcionários, embora os trabalhadores tenham uma palavra a dizer, mas estão conscientes.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, com trinta votos a favor e cinco abstenções, concordar com a alteração ao clausulado do contrato programa celebrado com o TMTN, Teatro Municipal de Torres Novas, E.M.-----

PONTO DEZ

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA APLICAÇÃO DE TAXAS/ COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada a oito de Janeiro do ano em curso. (Anexo 10).-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Leal – Disse que a aplicação das taxas e os seus valores decorre da lei, embora seja permitido alterações, mas o PSD irá votar a favor.-----

António Gomes – Referiu que esta comissão municipal tem poderes para propor à Câmara, a demolição dos prédios que ponham em causa a segurança das pessoas e bens e a questão que se coloca é: existia por parte da Câmara um compromisso para olhar estas situações mais de perto, porque há de facto perigo e insegurança de pessoas e bens na cidade e o Sr. Presidente há um ano quando esta situação foi discutida, disse ter um levantamento exaustivo das situações, o BE logo de seguida pediu-o até hoje nunca o conseguiu ter. A questão que coloca é se de facto a Câmara continua com a preocupação

que tinha há um ano atrás ou não, porque durante este ano verifica-se que este problema está esquecido.-----

José Gil Serôdio – Reforça as palavras de António Gomes, sobre o estado do centro histórico, mas acrescenta que lhe parece um bocado redutor, referir sempre e só a cidade, porque na sua freguesia, Meia Via, já alertou cerca de meia dúzia casos, um deles até a Junta teve de se responsabilizar pela demolição, por isso não é só na cidade que existe necessidade de recuperação de edifícios em mau estado de conservação e abandono.-----

Sr. Vice Presidente – Considerou esta discussão interessante e necessária e acrescentou que a esse nível, durante o ano de 2006 e 2007, ainda se fez alguma coisa, tanto a nível de demolição, como de recuperação, mas as casas têm proprietários e torna-se difícil por isso, tomar algumas decisões. Referiu que através do programa REV, ainda houve cerca de sessenta intervenções em todo o concelho, o que considera muito positivo. Terminou dizendo, que como se irá realizar a sessão temática sobre estes assuntos, haverá oportunidade de esclarecer todas estas situações.-----

António Gomes – Referiu que a questão que se coloca não é bem o apoio financeiro, mas mais os acidentes que não avisam e há uma meia dúzia de casos no centro histórico que deveriam ter intervenção imediata.-----

Sr. Vice Presidente – Referiu que esta aplicação de taxas em análise, incide mais sobre o aumento das rendas.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e por unanimidade, concordar com a aplicação de taxas referentes à Comissão Arbitral Municipal.-----

Ramiro Silva – Chamou a atenção para o facto de ter sido convocada uma reunião extraordinária desta Assembleia, no mesmo dia (3 de Março), em que já se encontrava marcada pelas dezoito horas, a reunião do Conselho Municipal de Segurança, o que demonstra alguma falta de bom senso.-----

PONTO ONZE

INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Foi distribuído a todos os presentes, cópia da informação em epígrafe, fazendo a mesma parte integrante desta acta. (Anexo 11).-----

Mais foi deliberado aprovar em minuta, os pontos dois, três, quatro, cinco e nove, da ordem de trabalhos.-----

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém usou da palavra, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos, do dia três de Março, de dois mil e oito, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.-----